

proibicionismo e a gestão da infelicidade: uma experiência com penas alternativas

gustavo ramus

Fim de janeiro, 2014, eu e meu amigo Tomás Bastos voltávamos de uma viagem pelo sul de Minas Gerais com destino a São Paulo. No carro, guitarras e amplificadores. A estrada era tranquila e bonita, a paisagem com a vegetação típica da região nos acompanhou em quase todo percurso. Entre pastos, bois, bananeiras e pássaros, o caminho nos obrigava a passar por pequenos municípios, e foi justamente quando cruzávamos Pedralva, cidade com pouco mais de dez mil habitantes, que fomos surpreendidos por uma blitz policial. Assim que saltamos do carro um dos policiais foi logo dizendo: “Não fazemos acordo. Estamos aqui para fazer o nosso trabalho”. Em seguida, outro meganha saiu do nosso carro vistoriado com uma pequena quantidade de maconha. Não tinha muito que fazer e fui logo dizendo que a maconha era minha e que o Bastos não tinha nada a ver com a história. Achei que era melhor assim, um processo é melhor que

Gustavo Ramus é mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e músico. Contato: gustavoramus@gmail.com.

dois. Bastos ficou sem jeito, mas eu o tranquilizei dizendo que na próxima ele assumiria.

Fomos levados ao Distrito Policial de Pedralva. O ambiente era surpreendentemente amistoso, nunca tinha presenciado nada igual. Não sei se era o clima de começo de ano, ou se era porque estávamos em uma cidade pacata, mas os policiais eram cordatos e até simpáticos. Em nenhum momento eles foram agressivos ou quiseram nos humilhar, muito diferente do tratamento que se está acostumado a receber dos chamados homens da lei.

Não sei bem ao certo como começou, mas, de repente, estávamos contando piadas para os policiais. Eles perguntaram se a gente tocava Raul Seixas, se estávamos lá para ver disco voador, o que é muito comum na região. Em meio a tudo isso, respondi minimamente a uma série de perguntas. Perguntaram-me se eu tinha algum apelido, neguei imediatamente, mas o Bastos, talvez contagiado pelo clima descontraído, exclamou: “Como não?! O apelido dele é Cabelo!”, enquanto apontava para minha vasta cabeleira desarrumada. Todos riram menos eu. Lancei-lhe um olhar furioso e ele logo percebeu que fizera besteira e se encolheu nos ombros. Agora, graças a meu amigo, carrego uma alcunha.

Em um dado momento, aproveitei o tom da conversa para questionar os policiais, e disse que achava aquilo errado. O governo não pode interferir nas minhas escolhas. O que eu uso, o que eu faço com meu corpo é um problema meu e não um problema do Estado. E mais: o que deveria ser proibido não é meu fumo, mas o seu instrumento de trabalho. O policial se surpreendeu e me perguntou: “O meu revolver?”. Disse-lhe que sim e perguntei: “para que

serve uma arma?”. “Para matar”, respondeu. Retruquei perguntando para que servia a maconha e ele respondeu: “Sei lá... para viajar... ficar doidão...”. Aí eu logo emendei: “Pois bem, e o que deveria ser proibido?” Depois de alguns segundos de um silêncio constrangedor, outro policial que escutava o diálogo concordou com a minha argumentação. Na verdade, nunca pensei sobre a questão das armas, mas tenho total convicção de que as drogas devem ser liberadas e descriminalizadas. Disse daquela maneira porque foi o melhor jeito que encontrei para falar o que eu pensava diante de uma autoridade sem complicar ainda mais minha situação. Algumas horas depois, fomos encaminhados para a Civil. Lá o clima era outro, falei o mínimo possível, apenas o necessário. Até foto de perfil fui obrigado a tirar.

Passado muitos meses, em meados de novembro chegou uma intimação para eu comparecer ao Tribunal Criminal da Barra Funda em São Paulo. Pedi a um amigo advogado, José Vieira, que me acompanhasse. No caminho ele me explicou que ainda não se tratava de um processo, que eles estavam me chamando para fazer um acordo. Para mim serviria para não virar um processo e, assim, eu não teria uma ficha criminal; para eles um processo não interessava também, visto que o judiciário não dá conta de tantos processos e, portanto, eles tentam “se livrar” de alguns casos aplicando penas alternativas. Ou seja, as penas alternativas surgiram, entre outras coisas, por conta do excesso de processos e do excesso de presidiários, e no fim se tornaram um mecanismo do Estado para punir mais.

E foi exatamente isso que aconteceu. Chegamos diante do promotor – quem estabelece a base do acordo nesses

casos – e do juiz, iniciamos a conversa. O promotor era uma figura pedante com sua roupa engomada, um jeito de falar mole e irritante que, de alguma maneira, lembrava aquele jogador de futebol gordo e oportunista, no duplo sentido da palavra, que vestiu a camisa nove da seleção brasileira por muito tempo. Possivelmente o promotor era mais jovem do que eu, no entanto parecia mais velho. Não sei como explicar direito, mas ao olhar para a expressão corporal dele, notava-se uma pessoa reprimida, seus ombros se arqueavam para frente como se quisessem se tocar, parecia carregar um enorme peso nas costas. Seu corpo passava a imagem de alguém que não era dado aos prazeres da vida, dessas pessoas que não trepam, copulam, dessas pessoas que só bebem nas sextas-feiras durante o *happy hour*. Sei que algumas pessoas vão achar implicância minha, mas ele tinha uma aliança dourada na mão direita, o que para mim já diz muita coisa. Era um sujeito jogo duro e fez valer sua vontade. Logo de cara ele propôs que eu frequentasse dois meses de reuniões dos Narcóticos Anônimos (NA). Obviamente não gostei da proposta e, junto com José Vieira, tentei argumentar para mudar o desfecho do acordo. Insisti para que tudo terminasse em uma advertência verbal ou pagamento de algumas cestas básicas. Ele então propôs vinte e oito horas de trabalho comunitário. Meu sangue subiu. Até que ele fez sua última proposta: um mês de reuniões dos NA, uma por semana. José me olhou como quem dissesse que era o melhor desfecho possível. Não havia outra saída, e para evitar um processo aceitei a punição.

Nos corredores do tribunal, encontramos algumas pessoas famosas como o comentarista esportivo Juca Kfourri. Queria saber o motivo que o levava ao tribunal.

Será que ele também fuma um? Passei boas horas me divertindo com o José Vieira, imaginando a “situação-problema” dele e das outras pessoas que esperavam no corredor. Logo em seguida escutamos um alvoroço, era Zé Celso Martinez e toda a turma do Teatro Oficina. Alguns amigos faziam parte do grupo e eu fui falar com eles. Zé Celso me perguntou se eu havia dançado com maconha. Disse a ele que dançava com ou sem maconha, que o importante é estar em movimento. Ele deu uma risada e começou a gritar pelo corredor do tribunal: “O importante é estar em movimento! O importante é estar em movimento!” Em seguida, declamou uma poesia em alto e bom som para que todos pudessem escutar, mas os ouvidos presentes pareciam não dar importância para aquela figura escandalosa.

Aquilo tudo estava muito engraçado, uma situação quase surrealista, mas antes de ir embora tinha que fazer uma entrevista com uma psicóloga. Essa, por sua vez, era muito ingênua e eu me aproveitei disso para continuar a minha diversão. Respondi ao questionário de forma cínica e irônica. Disse que fumava pouco. Ela perguntou se eu fumava sozinho. Fiz uma cara de espanto: “Como assim fumar sozinho?! Tem gente que faz isso?!” Não ri, mas por dentro gargalhava a cada resposta. Até que ela perguntou qual era a cor da minha pele. Fiquei sério e disse que não responderia essa pergunta. Não queria responder a uma pergunta racista. Disse-lhe que não entendia a relevância da questão. Ela, no entanto, não soube se explicar, mas insistiu que tinha que preencher o formulário e me deu as opções para eu escolher. “Indígena”, eu escolhi. Espantada, olhando para meu cabelo crespo, barba, pelos no braço, a psicóloga hesitou, mas eu insisti: “Você disse que eu poderia escolher

qualquer opção, escolhi indígena. Coloca aí que eu gosto de índios”. E assim deixei o Tribunal da Barra Funda.

Frequentei as quatro reuniões dos Narcóticos Anônimos. Na primeira, por curiosidade, fiquei até o final, mas não tive a mesma paciência nos outros encontros. Fui bem recebido pelo grupo. O coordenador disse que ninguém era obrigado a frequentar e que eu poderia sair na hora que bem entendesse, bastava pegar um carimbo junto com a data e um visto para comprovar a minha presença. O número dos frequentadores variou de oito a trinta pessoas. Grande parte do grupo tinha mais de vinte anos de casa, outros tinham entre três e seis anos. Os recém-chegados eram poucos.

Quase todas as opções de grupos eram ligadas à igrejas, católicas ou evangélicas. A reunião durava cerca de uma hora e meia e iniciava e terminava com uma oração. Nesses encontros, pude notar algumas características do cuidado de si apropriadas pelo cristianismo que eu havia estudado no meu mestrado. Os cuidados de si podem ser encontrados em diversas correntes filosóficas antigas, trata-se da arte de ocupar-se de si como objeto de conhecimento e transformação. Filosofia e medicina se encontravam no mesmo campo de ação: cuidar da alma também era cuidar do corpo, os cuidados de si eram uma terapêutica da alma e do corpo. Michel Foucault¹ denomina o cuidado de si como matriz da ascese cristã, que por sua vez é o exercício prático cuja finalidade é a efetivação da virtude. Para uma pessoa atingir a virtude, é necessário que abandone os vícios. Os Narcóticos Anônimos tem por função estimular o abandono do uso de drogas.

Na primeira parte da minha pesquisa demonstrei como o cristianismo se fortaleceu ao longo dos anos se

aproveitando do que considera como a fraqueza humana. Curiosamente, o primeiro passo nessas reuniões é se reconhecer um adicto, isto é, um doente. E o segundo passo é reconhecer sua impotência perante a doença. As reuniões se alternavam em leituras coletivas e depoimentos individuais de três minutos. Notei que os livros e folhetos eram escritos na terceira pessoa do plural para que o leitor se identificasse com o texto, uma tentativa de acolhimento. Nos séculos XVI e XVII, a Igreja adotou o acolhimento como uma estratégia para o confessionalário; lançava mão da benevolência paterna para extrair a confissão do pecador. Nesses grupos de NA também é comum a prática de apadrinhamento: um novato escolhe alguém para ser seu “padrinho”, alguém que ele possa recorrer a qualquer hora do dia para pedir conselhos ou simplesmente desabafar. Os depoimentos eram livres, e de início associei com a extração da verdade do sujeito no processo do cuidado de si, o ato de verbalizar sobre si. De certa forma, as reuniões funcionavam como um confessionalário coletivo. Poderia dizer terapia coletiva, mas não havia um terapeuta. O coordenador apenas conduzia a reunião, ninguém anotava, não havia relatório e nem diagnóstico. Além disso, era constante o uso do termo “poder superior”, que alguns jovens com linguagem mais descolada se referiam como “PS”. Não há “recuperação” sem a imposição de uma moral religiosa.

Depois de um mês, restava apenas voltar ao tribunal para comprovar que havia cumprido minha parte no acordo e passar por mais uma entrevista. Desta vez, duas estagiárias me entrevistaram, uma de serviço social e outra de psicologia. A primeira estava muito interessada sobre a questão, ao passo que a outra se mostrava muito

tímida. Elas abriram a conversa me perguntando o que tinha achado da minha experiência no NA. Respondi secamente que tinha sido chato. Elas ficaram surpresas com a minha resposta e continuei dizendo que não apenas havia sido chato, como desnecessário, e repeti o que havia dito para os policiais em Pedralva: que o Estado não poderia interferir nas minhas escolhas, que vivemos em um regime democrático e a democracia deve ser o regime que garante mais liberdades ao indivíduo, mas que a nossa realidade era exatamente ao contrário; que se eu quiser experimentar estados alterados de consciência, isso era uma escolha minha e o Estado não deveria intrometer-se nisso, pelo contrário, o proibicionismo é um absurdo.

Retomei a Lei Seca² nos Estados Unidos, para mostrar que era exatamente o proibicionismo que sustentava o tráfico. Quando a bebida foi proibida, rapidamente surgiram inúmeros grupos que comercializavam o álcool criando um mercado paralelo, ao passo que a qualidade da bebida decaía muito, causando danos à saúde do consumidor. Juntamente com esse mercado paralelo, emergiu uma enorme onda de violência no país. É exatamente isso o que acontece no Brasil. A proibição às drogas não só sustenta o negócio dos traficantes e da indústria de armas, como faz com que a qualidade das drogas seja pior, prejudicando a saúde do usuário.

Disse-lhes que, por uma lógica liberal (e deixei bem claro que essa não era minha perspectiva e que apenas lançava mão de uma argumentação), para todo tipo de produto existe um grupo de consumidores e a proibição não acaba com o consumo e nem com a produção da substância. A maior prova é que há centena de anos o Estado investe milhões nas políticas proibicionistas sem

obter o menor sucesso. O tráfico continua, assim como o consumo. Esse mercado capitalista complementar, sustentado pelo proibicionismo apenas existe por conta de interesses econômicos de alguns particulares, e também colabora com a seletividade do sistema penal. Ao longo dos anos, as favelas se tornaram o maior centro comercial de drogas ilícitas, com exceção das novas drogas sintéticas que são facilmente encontradas em *raves*, academias, baladas e condomínios de luxo. Evidentemente, isso não se deu por acaso. Trata-se de uma estratégia para manter um policiamento ostensivo sobre as populações mais pobres. O resultado disso é a perpetuação da seletividade do sistema penal e policial. No Brasil, a população carcerária é formada, em sua grande maioria, por pretos, pobres e nordestinos. Esse racismo de Estado ficou mais evidente quando a assistente social deixou escapar que a maior parte das pessoas que se encontravam na mesma situação que a minha eram “pardas”, com baixo nível de escolaridade.

Também mencionei uma entrevista de Foucault³, na qual ele afirmou que era contra a proibição das drogas. De acordo com o filósofo francês, as drogas fazem parte da nossa cultura. E assim como é impossível dizer que uma música é ruim e que por isso deve ser proibida, o mesmo se dá em relação às drogas. Foucault ainda vai além ao dizer que o Estado não somente deve acabar com a proibição das drogas, mas que deveria investir na produção delas, produzir boas drogas capazes de proporcionar o máximo de prazer possível.

Quanto mais eu falava, mais as estagiárias se mostravam surpresas, mas com reações diferentes. A assistente social estava muito interessada e entusiasmada com as coisas que

eu dizia, mas a psicóloga seguia calada, apenas esboçando sorrisos aparentemente de nervosismo mesclados com ironia. De imediato, escancarei não achar graça em nada e que o assunto era muito sério. Sem jeito, ela fez uma pergunta, a única em toda a conversa. Quis saber se eu usava drogas para compor já que eu trabalhava com música. Para respondê-la, recorri a Charles Baudelaire, que “praticamente encerrou qualquer debate sobre a imaginação estimulada ou não do artista sob efeito de drogas ao alertar que elas só produzem estados de espírito interessantes em pessoas interessantes, porque imaginações grosseiras produzem visões grosseiras”⁴.

Dito de outra forma, as drogas potencializam o que somos e o estado no qual nos encontramos. Disse às estagiárias que os frequentadores do NA não tinham problemas com drogas, mas sim com eles mesmos e com o estilo de vida que levavam. A maior parte dos depoimentos consistia em afirmar como eles eram infelizes e como se sentiam mal consigo mesmos. Uma mulher sempre se queixava do seu casamento, outro que era infeliz no emprego, outra sempre se referia ao luto da morte de sua mãe e ao fim do seu casamento. Um jovem uma vez disse emocionado que estava cansado de “se sentir um bosta”. Já outro, com quarenta anos confessou que ainda morava com a mãe e nunca tinha realizado nada na vida. Essas pessoas tristes buscam um sentido para a vida e não o encontram. Não gostam do que fazem e não conseguem se sentir bem. Além disso, essas pessoas se mostravam compulsivas. Uma mulher relatou que foi comprar uma calça, embora não precisasse de mais uma peça de roupa, e ao chegar à loja ela “não aguentou” e comprou quatorze calças e não sabia explicar porque tinha feito isso. Um

jovem reclamou que estava mal do estômago porque não conseguia parar de tomar café, mesmo se tivesse sido feito no dia anterior, mesmo frio, ele tomava. Esse mesmo rapaz também declarou ser compulsivo por jogos de celulares e por e-mails. Depressivas e compulsivas, essas pessoas tristes não podem ter boa relação com as drogas.

Os frequentadores do NA tentam se livrar de seus vícios. No entanto, cabe perguntar o que é vício e o que é droga. Para eles, álcool é droga, mas ao acabar uma sessão rapidamente formava-se um grupo de fumantes de cigarro. Remédios também são bem vistos, principalmente aqueles que “ajudam” a largar as drogas. Observei uma mulher que logo ao entrar na sala, a primeira coisa que fazia era colocar seu celular para carregar. Outra sempre sentava perto da tomada para carregar o seu Iphone e se manter conectada ao mundo virtual. Era muito comum as pessoas acessarem o Facebook durante as reuniões.

O que faz então um vício ser condenável e outro ser socialmente aceito? O legalismo simplesmente não responde essa pergunta, até porque o álcool, como disse anteriormente, também é combatido pelo grupo. A resposta a essa pergunta é o moralismo religioso. E é exatamente o moralismo, com base na cultura judaico-cristã, um dos pilares que sustentam o proibicionismo. Interessante notar essa terrível contradição: se o Estado se diz laico, o moralismo religioso, posteriormente redimensionado em forma de terapia, não deve ser um elemento complementar e determinante em qualquer decisão política. Além dos Narcóticos Anônimos, existem vários grupos de ajuda, como AA (Alcoólatras Anônimos), DASA (Dependentes de Amor e Sexo Anônimos), e uma série de grupos cujo objetivo geral é ajudar famílias a se reestruturarem.

Ao final da entrevista, elas me perguntaram se a experiência da medida socioeducativa havia mudado alguma coisa na minha relação com as drogas. Respondi: não. Elas me agradeceram. Não sei o que foi feito com esse relatório. Havia terminado minha pendência jurídica. Nada me foi entregue, nenhum papel como comprovante. O cumprimento da pena alternativa me manteve ocupado por muito pouco tempo, mas também mostrou os limites do controle das condutas na gestão da infelicidade. Minha argumentação sobre a liberação das drogas apenas aumentou, assim como minha aversão à cultura da punição e ao Estado.

Notas

¹ Michel Foucault. *A Hermenêutica do Sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

² A Lei Seca nos EUA durou de 1920 a 1933. Nesse período era proibido o uso, venda e fabricação de bebidas alcoólicas.

³ Michel Foucault. “Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política” in *verve*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. São Paulo, Nu-Sol, n. 5, 2004, pp. 264-265.

⁴ Edson Passetti. *Das fumeries ao narcotráfico*. São Paulo, Educ, 1991 apud Edson Passetti & Acácio Augusto. “Drogas Nocaute 2” in *verve*. São Paulo, Nu-Sol, n. 25, 2014, p. 180.

Resumo

Relato de uma experiência vivida como situação-problema. O artigo apresenta o percurso de uma afirmação ética em favor da liberação das drogas e de combate à moral proibicionista. Desloca a experiência política do ordenamento jurídico-político para o campo do embate no interior do governo das condutas.

Palavras-chave: proibicionismo, liberação de drogas, polícia.

Abstract

The article is a narrative on an experience taken as a problem-situation. The text presents the course of an ethical position in favor of the drugs liberation and to fight the prohibitionist moral. It displaces the political experience from the juridical-political field to the framework of the combat within the government of conducts.

Keywords: prohibitionism, drugs liberation, police.

*Prohibitionism and the management of unhappiness: an experience with alternative penalties, **Gustavo Ramus.***

Recebido em 30 de janeiro de 2015. Confirmado para publicação em 12 de março de 2015.